

ENEIDA MARIA DE SOUZA*

MAQUINARIAS DESEJANTES DO SUJEITO**

RESUMO

Leitura da posição do sujeito nos discursos filosófico e literário a partir da revolução processada pelos acontecimentos de maio na França e sua repercussão no pensamento crítico brasileiro.

RÉSUMÉ

Lecture de la position du sujet dans les discours philosophique et littéraire à partir de la révolution culturelle effectuée par les événements de mai en France et son écho dans la pensée critique brésilienne.

* Professora de Teoria da Literatura da FALE/UFMG
Presidente da ABRALIC, biênio 1988-1990.

** Esse artigo foi publicado, inicialmente, em CADERNOS DA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO DA PUC/MG, Vol. 1, nº 1, mar.91.

Quando, no ano passado, publica-se na França grande quantidade de textos sobre a questão da alteridade nas Ciências Humanas (e cito, particularmente, *Nous et les autres*, de T. Todorov, e *Étrangers à nous-mêmes*, de J. Kristeva)¹, percebe-se que algo de novo anda acontecendo para além das fronteiras nacionais. A comemoração do bicentenário da Revolução Francesa e a proximidade da efetiva unificação européia poderiam explicar o ressurgimento de tais preocupações, sem mencionar a própria situação da Europa (e da França, principalmente), onde a pluralidade racial (e étnica) prolifera e atrapalha a "perfeita ordem" das cidades. Espaços, portanto, em que o espírito colonizador ainda não desapareceu de todo, repetindo-se, de forma diferente, na ameaça existente pela invasão dos "bárbaros". Os dois autores acima citados, estrangeiros em Paris, têm razão (e conhecimento) bastante para discorrer sobre a questão da alteridade, ao tomarem como base a reflexão francesa sobre o assunto.

Repensar a alteridade conduz, necessariamente, ao exame do problema da identidade, como traz implícita uma série de associações binárias, ligadas às categorias de razão e instinto, nação e indivíduo, universal e particular, e assim por diante. Seguindo esse raciocínio, entende-se que a noção de identidade cultural estaria em concordância com as transformações sócio-políticas, construindo-se ora como efeito, ora como participação simultânea dessas

mudanças. As manifestações artísticas, por sua vez, entendidas ou como reflexo do fato histórico — equívoco difícil de ser sanado — ou como parte integrante do acontecimento, sempre se apresentaram em posição crítica frente às contradições de seu tempo.

Para o tema de discussão desta noite — revolução e identidade nacional — proponho-me a examinar alguns tópicos ligados à Teoria Literária e à Literatura Comparada, centralizando-me, basicamente, na leitura da noção de sujeito, seu lugar no discurso da crítica contemporânea e marcado, consequentemente, por conotações históricas e contextuais. Essa postura, devedora da revolução do pensamento crítico dos anos 60 nas Ciências Humanas, possibilita a abertura para se pensar a identidade cultural tal como ela é interpretada por pesquisadores nacionais e estrangeiros. Assim, a Literatura Comparada, dentre os vários objetivos a que se propõe, incide na relação entre culturas, reacendendo a polêmica da dependência cultural como forma de se repensar a própria identidade, encarada numa perspectiva que envolve a literatura e outros discursos a ela relacionados. Ao sujeito que se expõe como ator na cena enunciativa se justapõe o conceito de identidade cultural construído simultaneamente à encenação conjunta da realidade histórico-social e literária.

I

O reconhecimento de que a revolução cultural, processada pelos acontecimentos de maio na França — e sua repercussão em outros países, principalmente no Brasil —, contou

com a participação, mesmo que indireta, dos filósofos se explica pela reunião da crítica ao humanismo com o horizonte histórico, como afirmava, na época, J. Derrida, em conferência sobre os "fins do homem". Na esteira de Freud, Marx e Heidegger, Deleuze, Bourdieu, Foucault e Althusser -- para citar os mais importantes autores da desconstrução do sujeito filosófico -- contribuíram para a instauração de vários postulados, segundo teóricos do pensamento de maio de 68:

- a) o tema do fim da filosofia; b) o paradigma da genealogia; c) a dissolução da idéia de verdade; d) a historicização das categorias e o fim de toda referência ao universal.²

Resumindo, grosseiramente, as idéias apresentadas por L. Ferry e A. Renaut, entende-se que a crítica ao discurso filosófico realiza-se no interior da própria filosofia, concorrendo, dentre as mais contundentes dissoluções do pensamento moderno, para a desconstrução do cogito racional, a morte do sujeito e o apagamento da origem. Empregando, como Foucault, a prática da análise genealógica nas Ciências Humanas, invertia-se o objeto de estudo, ao se desprezar a indagação sobre o conteúdo do discurso, enfocando mais as suas "condições exteriores de produção". O desaparecimento do sujeito da "ciência" era, por sua vez, tributário da retomada da posição nietzscheana sobre o conhecimento, quando se postula a inexistência de fatos e a presença apenas, de interpretações. Em acirrada crítica aos discursos universalistas, especificamente centrados na razão ordenadora, procurava-se, como Foucault, contextualizar historicamente cada

particularidade discursiva, tendo como princípio o recorte descontínuo, em oposição à causalidade positivista das práticas anteriores. A causalidade estrutural, substituindo a causalidade factual, inaugura, definitivamente, o novo campo epistemológico fundado em categorias-mestras da modernidade: o descontínuo, a diferença e a ruptura.

Some-se a esse panorama desconstrutor, a lição da antropologia Lévi-straussiana, no combate ao etnocentrismo, ao se descobrir o "Outro", selvagem e primitivo, como possuidor do mesmo esquema mental do civilizado. Muda-se, por conseguinte, o objeto de pesquisa, uma vez que a alteridade passa a constituir elemento instaurador de diferenças no próprio método de análise. Definitivamente, os discursos das Ciências Humanas recebiam novo tratamento, e a crítica literária, notadamente a dos países periféricos, encontrava eco para suas inquietações. A gradativa desierarquização dos discursos propiciava, felizmente, o permanente mal-estar trazido pelas incertezas da interpretação.

Conseqüentemente, torna-se obsoleto a busca do sentido pleno, como obsoleta é toda tentativa de captação da totalidade do objeto. Interpretado enquanto categoria capaz de instaurar o sentido, o paradoxo rompia com o caráter unívoco do objeto, na medida em que a pluralidade interpretativa diluía a idéia de sentido como verdade absoluta. O texto se dá a ler pelas brechas e fendas, fissuras e silêncios que a psicanálise lacaniana soube muito bem captar, e que J. Derrida transpôs para a sua definição de **escritura**: ausência e presença contínuas do logos, mutilação do fantasma paterno e território de interditos.

O sujeito, assim mal instalado, despe-se das roupas metafísicas do sujeito cartesiano (e filosófico) e se dissolve na superfície chapada da linguagem na qual toda e qualquer noção de fundamento e princípio torna-se vazia. Efeito de discurso e da "máquina desejante" do sistema (nas palavras de Deleuze e Guattari, no **Anti-Édipo**), esse sujeito se manifesta como diferença e alteridade, e se posiciona como ator na cena enunciativa do discurso social e político.

Se a psicanálise, na produção de conceitos e teorias, recuperou a metáfora teatral, notadamente no que se refere ao estatuto do sujeito como ator no discurso, a sociologia política e a história irão também se utilizar dessa metáfora para a interpretação dos fatos. A conhecida reflexão de Valéry sobre a literatura, vista como a figuração do teatro mental, em que se processa a encenação de subjetividades — teorização retomada por Luiz Costa Lima em seu **Sociedade e discurso ficcional**, 1986 -, tem como objetivo distinguir o sujeito empírico do ficcional, pela maior ou menor intensidade de representação e distanciamento no discurso. Este sujeito-ator relaciona-se ao sujeito que se exhibe em público, exercendo um papel e, portanto, estabelecendo-se a ponte entre representação teatral e social.

Nas palavras de Hannah Arendt, presentes no seu livro **Da revolução**³, era comum o emprego da metáfora orgânica nas descrições e interpretações das revoluções: Marx, por exemplo, fazia referência às "dores do parto da revolução"; contudo, entre aqueles que, efetivamente **atuaram**, a metáfora era retirada da linguagem do teatro. Cria-se, portanto, a

metáfora política, a *persona*, própria ao vocabulário teatral, correspondente à máscara dos antigos atores e significando, ao mesmo tempo, esconder ou substituir a própria face e expressão do ator, de tal forma que fosse possível ouvir sua voz. Explicava-se, assim, a diferença entre pessoa comum e cidadão; este último, ao usar a máscara, estava desempenhando um papel na sociedade.

Como exemplo dessa prática a autora associa, na Revolução Francesa, o retirar "a máscara da hipocrisia", introduzindo-se outra figura, a do *hipócrito*, distinto da *persona*, por representar o próprio ator, não mostrando nada sob a máscara, pelo simples fato de não se utilizar dela: finge o papel que interpreta e, ao entrar no jogo cênico da sociedade, o ator o faz sem qualquer idéia de representação teatral. Segundo a autora, a máscara é aqui empregada com a intenção de fraude e não como "tábua de salvação para a verdade".⁴

Lembro, de passagem, do filme *Ligações perigosas*, baseada na obra homônima de Laclos. Guardando as devidas diferenças entre o artifício e o embuste praticados pelo jogo social e a arte, reino do artifício, verifica-se, contudo, o elo criado entre o verossímil no palco e o verossímil na rua, pela indistinção entre o papel dos atores sociais e artísticos. Nesse texto, ao se encenar certo moralismo próprio do século XVIII, a hipocrisia tira a máscara e o espectador não cogita sobre critérios possíveis de moralidade ou imoralidade aí apresentados. O artifício supera tais categorias, entendendo ser a arte representação astuta e amoral do jogo cênico da sociedade.

Transportando a metáfora teatral para o final do século XIX e início da Modernidade, a situação do sujeito é a de se expor no espetáculo da rua e do discurso. Época marcada pela eloquência das mudanças e pelo fantasma do progresso, pelas grandes exposições e inaugurações, esse sujeito irá também reaparecer de forma exposta, objeto a ser contemplado e, mais ainda, desprovido de profundidade intimista ou de verdade interior. Nas obras da modernidade persiste, de igual forma, a configuração do sujeito como "hipérbole da vacuidade", perdido que está na arquitetura fugidia dos espaços da cidade e de sua escrita. O caráter fragmentário e efêmero dos "tempos modernos", o crescimento desordenado das cidades, onde se vive sob a ilusão do novo e da máquina, a velocidade superando as distâncias e o tempo se espacializando, permitem a inserção desse sujeito-persona na paisagem como peça de uma memória desértica e labiríntica. Robô ou manequim, exposto aos olhares públicos, esse personagem incorpora-se ao teatro da cidade e se reflete nas maquinarias desejanter do discurso.

A crítica literária, seguindo o passo das manifestações artísticas e das transformações processadas no interior das Ciências Humanas, realiza a passagem do sujeito "máquina mental" do estruturalismo para o "sujeito vigilante" da fase mais atual, segundo afirmações de Luiz Costa Lima. O veto ao sujeito respondia à necessidade de "suspensão do juízo" em favor da neutralidade interpretativa, isolando-se, para tal, as questões relativas à própria construção da análise. Ao colocar a produção artística em posição de maior importância do que a recepção recalcava-se a figura do sujeito-leitor

como co-criador do saber enunciativo.⁵

Afirmar, contudo, que a história, a subjetividade e o indivíduo estiveram ausentes das pesquisas dessa época, não corresponderia à realidade, uma vez que essas categorias foram vetadas e domesticadas pelos próprios sujeitos-analistas. O sujeito volta, mas de forma diferente, ainda distanciando e atuando maquinalmente no discurso, produzido e alimentado por vários sujeitos. A intersubjetividade passa a ter coloração mais forte e as interpretações seguem ainda a abertura infinita dos vários discursos que se encontram.

A concepção desse sujeito como ator irá, conseqüentemente, propiciar a caracterização da identidade cultural e das revoluções ideológicas que se processaram no país nos últimos anos. Freud nos alertara há muito tempo para a descoberta de estar o estrangeiro, o "outro", dentro de nós. Dessa forma, torna-se difícil pensar em identidade como categoria estanque, ao se reconhecer que o indivíduo está cindido e fragmentado pela marca desse outro que o habita.

Do ponto de vista da recepção brasileira de teorias, essa identidade vai sendo construída pela interlocução que se estabelece com a cultura européia, tão simulada quanto a nossa, em que a própria noção de identidade também não se apresenta na sua integridade. Quando Roberto Schwarz, ao discutir sobre identidade nacional, aponta como falso problema a defesa de críticos brasileiros da cópia em detrimento do modelo, prende-se ainda a um desejo de constituição dessa identidade, fundada em causas mais eficazes, e, mais especificamente, a causa econômica:

"A filosofia francesa recente é outro fator no descrédito do nacionalismo cultural. A orientação antitotalizadora, a preferência por níveis de historicidade alheios ao âmbito nacional, a desmontagem de andaimes convencionais da vida literária (tais como as noções de autoria, obra, influência, originalidade etc) desmancham, ou, ao menos, desprestigiam a correspondência romântica entre o heroísmo do indivíduo, a realização da grande obra e a redenção da coletividade, correspondência cujo valor de conhecimento e potencial de mistificação não são desprezíveis e que anima os esquemas do nacionalista".⁶

Estaria a conquista de identidades culturais submetida a um projeto de captação totalizadora da realidade? O apagamento das categorias convencionais da vida literária não seria também uma forma de abertura para a "impropriedade" do discurso e o diálogo intersubjetivo e plural? As grandes narrativas deveriam, portanto, ser a marca de mudanças expressivas na literatura de um país? Essas são algumas questões que deixo em suspenso, na esperança de apontar para outras saídas.

Interpretar, com cautela, a recepção de teorias é uma das posições a serem assumidas diante da necessidade de se produzir um pensamento próprio, em contraponto e diálogo com a cultura estrangeira. O reconhecimento da própria alteridade possibilita a reflexão sobre o estatuto do outro, conseguindo-se separar o joio do trigo, sem se posicionar como repetidor, mas enquanto interlocutor da cultura metropolitana.

A prática dessa interlocução é a resposta para os estudos de Literatura Comparada, nos quais se examina o intercâmbio de idéias com base em diferenças contextuais, questionando-se sempre o grau de recepção de teorias (e de literaturas), o lugar do discurso autoral, estratégias enunciativas e jogos de poder, ou as razões sócio-culturais de aceitabilidade desta ou daquela corrente metodológica.

Finalizando, deixo como reflexão as palavras de J. Kristeva contidas no livro anteriormente citado, em que se constata a volta de um certo narcisismo consciente do sujeito frente à situação histórica, aos seus próprios fantasmas e à sua radical alteridade:

"Uma comunidade paradoxal está prestes a surgir, feita de estrangeiros que se aceitam na medida em que eles se reconhecem estranhos a si próprio. A sociedade multinacional será assim o resultado de um individualismo extremo, mas consciente de seu mal-estar e de seus limites, conhecendo apenas irreduzíveis auxiliares na sua fraqueza, uma fraqueza que tem como outro nome a nossa estranheza radical".⁷

NOTAS

1. TODOROV, Tzvetan. **Nous et les autres; la réflexion française sur la diversité humaine.** Paris Seuil, 1989.
- KRISTEVA, Julia. **Étrangers à nous-mêmes.** Paris, Fayard, 1988.
2. FERRY, Luc e RENAUT, Alain. **Pensamento 68; Ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo.** S. Paulo, Ed. Ensaio, 1988.
3. ARENDT, Hannah. **Da revolução.** Trad. F. D. Vieira. S. Paulo. Ática/UNB, 1988. p. 84.
4. Idem, p. 85.
5. "Em vez de um sujeito, pura e transparente máquina mental, passei mais modestamente a conceber um sujeito vigilante quanto à sua própria subjetividade, vigilância suficiente apenas para eliminar sua auto-referencialidade, seu magistral narcisismo; incapaz contudo de ultrapassar sua pessoalidade. Neste sentido, a construção analítica é também construção do sujeito analista. Mas construção a partir de um umbigo, que permanece sempre o mesmo".
- LIMA, Luiz Costa. "Nota introdutória". In:— **O controle do imaginário; razão e imaginação no Ocidente.** S. Paulo, Brasiliense, 1984. p. 8.
6. SCHWARZ, Roberto. "Nacional por subtração": In:— **Que horas são?** S. Paulo, Companhia das Letras, 1987. p. 35.
7. KRISTEVA, Julia. **Étrangers à nous-mêmes.** Op. cit., p. 290. (Tradução minha).